
Parecer Técnico nº 1/2020

Referente à: Comprovação da qualificação técnica operacional – extensão mínima de 700 Km

Interessado: Comissão de Licitação – RCE nº 3/2020 - EPL

Objeto: Assessoria técnico-operacional, econômico-financeira, jurídico-institucional e mercadológica para fins de desenvolvimento dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) de concessões de rodovias federais.

COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

EXTENSÃO MÍNIMA DE 700 KM

I. DAS RAZÕES

A exigência de experiência feita no item 8.7.2.1.2.1 do Edital da Licitação “*Elaboração de especificação e de orçamento de modelo operacional para um EVTEA, concessão para o setor rodoviário, no Brasil ou no exterior*” foi comprovada para a extensão mínima exigida de 700 km, sendo a proponente a melhor qualificada nos dois grupos, **pela somatória das extensões dos atestados** emitidos pela EPL - s/n - EVTEA da concessão da BR-381/262 MG e BR-262/ES - 685,00 km e pelo DERT-CE - 374/99 - EVTE da concessão da malha do complexo rodoviário da Região Metropolitana de Fortaleza - 253,27 km, **totalizando 938,27 km, aproximadamente 34% superior à exigida.**

Chama-se ainda a atenção para o fato de que somente o atestado da EPL atende, isoladamente, à aproximadamente 98% da exigência editalícia, e ainda, considerando o fato de que foi estudado aumento da

capacidade da rodovia com a realização de projetos de duplicação no total de 590,5 km mais 131,3 km de pistas marginais e ainda outros 138,1Km de faixas adicionais (terceiras e quartas faixas em segmentos críticos com relação à capacidade de tráfego), somente este trabalho superaria de longe a exigência de 700 km do Edital.

A nota Técnica nº 18/2020/GEPRO2-EPL/DPL-EPL aponta claramente a adequação do atestado emitido pela EPL com a extensão total de 685,00 km, portanto se pode inferir a não consideração do atestado emitido pelo DERT-CE.

No entanto, esta não consideração não deve prosperar diante dos esclarecimentos os quais passamos a relatar.

II. DAS DEMONSTRAÇÕES DE SERVIÇOS

Ocorre que, como se pode verificar na página 111/728, do volume de Documentos de Habilitação Grupo A e B, o trabalho realizado para o DERT-CE (Item 2 - Produtos do Trabalho - ** Estudo de Viabilidade (Volumes e Títulos) - Relatório Final - Adendo ao Relatório Final - **Sugestão para a Minuta do Edital de Concorrência Pública para a Concessão de rodovias componentes do complexo rodoviário da Região Metropolitana de Fortaleza**), como também na página 112/728, do mesmo volume de Documentos de Habilitação Grupo A e B, (Item 3 - Serviços realizados - ** **Estimativas de Custos - ** Avaliação Econômica Geral**) e, ainda, na página 113/728, do mesmo volume de Documentos de Habilitação Grupo A e B, (** **Definição da Equação de Financiamento - ** Metodologia para a elaboração do Edital de Concessão (Operação, Monitoramento, Pedágios, Tarifas, Plano de Conservação e Manutenção), organização Institucional, análises dos resultados obtidos, conclusões e recomendações - ** **Projetos Básicos dos serviços a serem realizados pela futura Concessionária****), com certeza fica demonstrado que os serviços elaborados para o DERT-CE **englobam tudo aquilo exigido no item 8.7.2.1.2.1 do edital.**

Claro é que não se pode elaborar um EVTE para uma Concessão Rodoviária sem levar em consideração a especificação e orçamentação do Modelo Operacional a ser aplicado na futura Concessão. Também não se pode fazer uma avaliação econômica geral nem, muito menos, definir a equação de financiamento da concessão se todos os serviços e investimentos concernentes à concessão não foram devidamente especificados e orçados.

Os itens citados no atestado, e ressaltados acima, qual sejam, operação, monitoramento, pedágios, plano de conservação, organização institucional e projetos básicos dos serviços a serem realizados pela futura concessionária, fazem, idubitavelmente, parte integrante do Modelo Operacional de uma Concessão. Por outro lado, a emissão de um Atestado Técnico, demonstrativo da experiência de um profissional ou empresa, tem inúmeras variáveis, podendo citar a parcela considerável de visões pessoais seja de quem solicita o atestado como também de quem emite o atestado.

Nem sempre se pode vislumbrar quais as exigências serão solicitadas em licitações futuras quando da solicitação/emissão de um atestado desta natureza. No entanto, analisando-se o conteúdo de certo atestado, pode-se e deve-se ir além das simples palavras ali escritas, fazendo uma análise mais profunda do que realmente significa os trabalhos realizados nos serviços ali descritos.

Ninguém melhor do que a própria EPL para entender que o EVTE de uma concessão rodoviária engloba uma série de serviços essenciais, sem os quais não é possível concluí-lo. Ademais, o termo “Modelo Operacional” pode englobar da simples operação de uma Praça de Pedágio à complexos serviços de apoio aos usuários, apoio à fiscalização do trânsito, etc., o que impossibilita aplicá-lo indiscriminadamente a um conceito de “Modelo Operacional” que não foi detalhado quando de sua exigência no Edital.

III. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, conclui-se que a extensão relativa a “especificação e de orçamento de modelo operacional para um EVTEA, concessão para o setor rodoviário, no Brasil ou no exterior” mínima de 700 km, foi plenamente atendida pelo Consórcio Modelador SHAS, com isso, **solicitamos a HABILITAÇÃO da documentação técnica apresentada no RCE nº 003/2020.**

Atenciosamente,

CONSÓRCIO MODELADOR SHAS
Paulo Romeu Assunção Gontijo
CREA/MG10.640/D
Representante Legal